

FESTAS IMPERIAIS E REPRESENTAÇÕES CÍVICAS NAS MINAS GERAIS OITOCENTISTAS

CHAMON, Carla Simone. **Festejos Imperiais: Festas Cívicas em Minas Gerais (1815 – 1845)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.



Juniele Rabêlo de Almeida

Doutoranda em História Social /USP; Professora do Centro Universitário Newton Paiva/MG.

junielerabelo@gmail.com

Thábata Araújo de Alvarenga

Doutoranda em História Social /USP; Professora do Centro Universitário Newton Paiva/MG.

thalv@yahoo.com.br

Cláudio Ribeiro Júnior, Felipe Terra,

Joyce Machado, Marivaldo Gomes, Sebastião Alves.

Graduandos em História, Centro Universitário Newton Paiva/MG; integrantes do Grupo de Estudos “Festas Imperiais” coordenado pelas professoras Juniele de Almeida e Thábata Alvarenga.

Na obra **Festejos Imperiais**, Carla Simone Chamon, doutora em Educação e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta à historiografia brasileira uma análise das festas políticas, ou cívicas, celebradas em Minas Gerais, no período de 1815-1845. O texto publicado pela Editora da Universidade São Francisco, na coleção Estudos CDAPH, série Historiografia, foi originalmente apresentado como dissertação defendida no Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Ao longo dos quatro capítulos que constituem o livro, a autora apresenta-nos o eixo temático através do qual irá fundamentar sua análise. Busca, dessa forma, compreender as representações sociais que as festas cívicas criavam e difundiam entre os arraiais mineiros, analisando também as estratégias políticas em meio à construção do Estado Imperial. O estudo procura abordar a vivência dos habitantes de Minas Gerais nas festas cívicas, bem como os valores e ideais políticos que elas difundiam.

O resultado do trabalho empírico foi subsidiado pela consulta aos relatos dos jornais da época, memorialistas e viajantes estrangeiros que visitaram o país no período e pelas correspondências que as Câmaras enviavam para o governo da Capitania, publicadas pelo Arquivo Público Mineiro.

Para que melhor possamos compreender a abordagem de conjunto da autora faremos, à seguir, uma síntese de suas principais idéias através do mapeamento dos capítulos do livro. No primeiro capítulo, **As festas políticas**, a autora apresenta o momento conjuntural vivido nas primeiras décadas do século XIX, como propício à efervescência dos festejos políticos. Defendendo o caráter pedagógico das comemorações, a autora resgata os eventos, perpassando seus organizadores e espectadores, reconstruindo o seu cenário para tentar elucidar as projeções de tais festejos no imaginário social. Nesse aspecto a análise tropeça, uma vez que as fontes consultadas apresentam limites e inviabilizam o intento.

Em **A festa auspiciosa**, segundo capítulo da obra, a autora analisa a festa em comemoração ao funcionamento da fábrica de ferro de Gaspar Soares. Ocorrida em 1815, tal festa possibilitou a criação e difusão de valores para a população mineira no início do século XIX.. Sendo “auspiciosa”, essa comemoração traria um sentimento de esperança: a chegada de tempos de prosperidade econômica e auge da civilização. Segundo a autora, a incorporação de

valores modernos não ocorre de forma neutra, pelo contrário. Lembrando Roger Chartier (1990), existe um jogo de concorrências no qual um grupo social busca dominação de outro, impondo sua concepção de mundo social. Contudo, não é apenas a hegemonia de um grupo que garante a incorporação de valores. Nas festas, com a apropriação de sentidos dos grupos participantes, percebe-se várias leituras e várias apropriações.

No capítulo 3, **A festa patriótica**, Carla Chamon observa que as festas cívicas pretendem acrescentar à sociedade valores como o patriotismo e a unidade territorial, devido ao novo momento político, a aclamação de D. Pedro I. Apesar do momento novo, a ruptura com a estrutura social e econômica interna resistirá. Nesse sentido, era necessário que o povo comungasse do amor pela pátria. Portanto, o “povo” excluído do processo de emancipação terá que ser doutrinado e civilizado para este novo momento, o de um “país livre”. As festas cívicas eram um dos mecanismos utilizados pelo poder público para criar um pensamento de adesão ao novo império que nascia.

Sob esse prisma, ocorre-nos que o conceito de circularidade cultural defendido por Carlo Ginzburg busca justamente explicar uma relação de influências entre as culturas dominantes e subalternas (cf. GINZBURG, 2002). Aplicando-o ao objeto de estudo da autora, percebemos que a elite dirigente do Império brasileiro pretende, com a pedagogia veiculada pelas festas cívicas, um pensamento que modele a cultura subalterna, dentro de um padrão de civilidade estabelecido como o melhor. Mas ao entrar em contato, ambas as culturas se influenciam devido à vivência social. A autora Carla Chamon procura discutir no quarto capítulo, **A festa turbulenta**, as não conformidades do projeto pedagógico pretendido nos festejos imperiais.

Os festejos possibilitavam uma interpretação homogênea em relação aos ritos e símbolos propagados. As dificuldades associadas ao termo participação, que é mais vago do que pode parecer, pois é usado geralmente para referir-se a um leque de atitudes que variam da total imersão à observação desinteressada, referido por Peter Burke (1989), também pode ser aplicado à análise da autora. Constatamos, pois, que a participação das massas nos eventos não significava uma eficiência da política pedagógica das elites mineiras na primeira metade do século XVIII.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e interpretações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.